

Os debates feministas sobre a Tecnologia: o mito da invenção e a cultura

Lara Facioli¹

Resumo: o trabalho apresentado aqui consiste em uma tentativa de sistematização de parte da crítica feminista, especificamente aquela que contribui com o campo de intersecção entre Ciências Sociais e Tecnologias. Partimos do pressuposto de que a teoria social feminista foi uma das grandes vertentes teórico-conceituais que nos auxiliou a pensar o fenômeno de desenvolvimento e consolidação de nossas relações mediadas, tanto de um ponto de vista crítico, quanto contextual e histórico, atentando para as relações de poder e conflitos de interesses que compõem esta temática. Para alcançarmos nosso objetivo, retomaremos a discussão de ciborgue de Donna Haraway (1985) como possibilidade de ruptura dos padrões corpóreos de gênero, no sentido de apontar como esta tese teve força no contexto de surgimento das tecnologias comunicacionais, influenciado o movimento do ciberfeminismo; abordaremos a discussão levantada por Teresa de Lauretis (1994), acerca da Tecnologia do Cinema que se constitui enquanto o que a autora chama de Tecnologia de Gênero e, por fim, incorporaremos o debate da crítica ao mito do homem inventor que continua a imperar sobre nossas atuais impressões do desenvolvimento das tecnologias e que é fortemente criticado por Judy Wajcman (1999) em seu debate sobre a Modelagem Social da Tecnologia.

Palavras-chaves: teorias feministas, Tecnologia, mídias digitais

¹ Pós-Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UEL, doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos, email: larafacioli@yahoo.com.br

Introdução. (Os subitens devem estar em negrito e separados por um espaço).

Este trabalho compõe um cenário de pesquisa mais amplo que integra um conjunto de investigações acerca dos usos da internet por mulheres no contexto da sociedade brasileira dos últimos anos. Trata-se de uma sistematização de conteúdos lidos e refletidos ao longo de minha pesquisa de mestrado, doutorado e, mais recentemente, de um estágio de pós-doutoramento realizado na Universidade Estadual de Londrina.

Em linhas gerais, a pesquisa de mestrado e a de doutorado se debruçaram sobre a utilização da internet por mulheres das classes populares brasileiras. A primeira tentou compreender como se estabeleciam práticas de ajuda-mútua em rede e a segunda, de forma mais ampliada, apontou para como o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação, por parte deste público, interfere no que podemos chamar de horizontes de aspiração dos sujeitos em questão. Os resultados caminharam no sentido de apontar o papel central que a mídia digital ocupa nas relações sociais contemporâneas, especificamente, estabelecendo um novo arranjo de circulação de repertórios culturais e simbólicos que acaba por expandir fronteiras geográficas e reelaborar a compreensão que os sujeitos conectados têm de si mesmos, de suas relações amorosas, afetivas, profissionais, para mencionar alguns exemplos de aspectos da vida alterados pelas mídias (FACIOLI, 2013; FACIOLI, 2017).

A atual Pesquisa de pós-doutoramento tem como proposta realizar um esforço de compreensão do papel das mídias digitais e da organização em rede para a formulação das pautas, repertórios e iconografias dos movimentos feministas contemporâneos no Brasil. Se em meu mestrado e doutorado me debrucei sobre a utilização da rede por mulheres comuns, em seu cotidiano, principalmente, em meio às discussões sobre seus afetos e relações amorosas, em meu pós-doutorado, o intuito tem sido refletir sobre a relação entre tais mídias e as práticas políticas dos sujeitos declaradamente feministas e militantes ativistas. Qual o papel das tecnologias comunicacionais e informacionais na atuação intitulada feminista? Como este debate se mostra como fruto do contexto histórico dos últimos anos da sociedade brasileira, contexto este não só marcado pela popularização das tecnologias, mas por aspectos socioeconômicos e políticos específicos?

Tais questões tem se constituído enquanto um desafio de pesquisa bastante grande no atual contexto político da sociedade brasileira e mundial, devido a intensificação da utilização das ferramentas comunicacionais na organização e encontro político de grupos diversos, o que inclui de ativistas feministas. Dessa forma, apesar de relevância deste debate no atual momento vivido por nós, este texto, estará restrito às reflexões teóricas. Em outros termos, ele

terá como objetivo sistematizar um conjunto de teorias feministas que nos auxiliam a refletir sobre as relações que estabelecemos com as tecnologias e sobre como a teoria social se debruçou sobre estas ferramentas tecnológicas.

Se as Tecnologias da Informação e da Comunicação se mostram espaços privilegiados para sujeitos que, historicamente, se inseriram em relações de poder específicas, no caso, relações de gênero que alocam as mulheres, via de regra, no polo fragilizado do poder; notei, ao longo de meus levantamentos bibliográficos, que as teóricas feministas têm apontado para os problemas e limites de nossa compreensão social acerca da tecnologia. Em outras palavras, a tecnologia foi e é espaço de disputa social e também na teoria social e, as teóricas com sensibilidade aguçada para relações de gênero, tem se colocado criticamente neste campo de estudos com vistas a marcar posição e estabelecer um ponto de vista crítico, contextual e que leva em conta as relações de poder que atravessam a temática da Tecnologia.

Isto posto, o trabalho apresentado aqui consiste em uma tentativa de apresentação de parte da crítica feminista, especificamente aquela que contribui com o campo de intersecção entre Ciências Sociais e Tecnologias. Partimos do pressuposto de que a teoria social feminista foi uma das grandes vertentes teórico-conceituais que nos auxiliou a pensar este fenômeno tanto de um ponto de vista crítico, quanto contextual e histórico, atentando para as relações de poder e conflitos de interesses que compõem o debate em torno da temática da Tecnologia.

Tecnologia, para este texto, vale ressaltar, não se restringe somente àquelas comunicacionais, mas em termos mais amplos, diz respeito às ferramentas técnicas de utilização/transformação da realidade cotidiana. A leitura sobre o desenvolvimento tecnológico, estabelecido pelas teóricas feministas mencionadas neste texto não se restringe às mídias digitais e comunicacionais, apesar de fazermos, todo o tempo, o exercício de pensarmos como este conhecimento é útil para a compreensão das relações mediadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação da atualidade.

Para alcançarmos nosso objetivo, portanto, retomaremos a discussão de ciborgue de Donna Haraway (1985) como possibilidade de ruptura dos padrões corpóreos de gênero, no sentido de apontar como esta tese teve força no contexto de surgimento das tecnologias comunicacionais, influenciado o movimento do ciberfeminismo; abordaremos a discussão levantada por Teresa de Lauretis (1994), acerca da Tecnologia do Cinema que se constitui enquanto o que a autora chama de Tecnologia de Gênero, discussão que, quando expandida para a reflexão acerca das mídias digitais, nos possibilita colher bons frutos na compreensão sobre a forma como as mídias digitais também instigam roteiros de inteligibilidade de gênero; e, por fim, incorporaremos o debate da crítica ao mito do homem inventor que continua a

imperar sobre nossas atuais impressões do desenvolvimento das tecnologias e que é fortemente criticado por Judy Wajcman (1999), bem como evidenciaremos a tese da autora da Modelagem Social da Tecnologia.

Vale ressaltar, que este conjunto de saberes foi fundamental não somente no percurso de pesquisa que tenho desenvolvido, mas se constrói como repertório teórico-conceitual que merece ser revisitado e sistematizado para que possamos pensar o surgimento, os limites e possibilidades advindas da consolidação e utilização das Tecnologias em nosso cotidiano de relações sociais.

O ciborgue, o cyber e as possibilidades da tecnologia: as contribuições de Donna Haraway

A produção da teórica feminista Donna Haraway, autora de um dos textos clássicos a respeito da relação humano-máquina ou humano-tecnologia – *Um manifesto para os ciborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80* – se insere no contexto norte-americano dos anos 70 e 80. Este momento, atravessado por novas pautas políticas acerca dos processos de dominação das sociedades capitalistas, se caracterizou, segundo Miriam Adelman, pelo surgimento de uma Nova Esquerda Mundial que se apresentava por meio de uma nova orientação composta por cinco elementos centrais:

1) a reinterpretação da teoria marxista, enfatizando mais a categoria filosófica de alienação do que a categoria econômica de exploração, combinando ainda marxismo com existencialismo e psicanálise; 2) um novo modelo de sociedade socialista, que não se restringia aos termos de tomada de poder do Estado e nacionalização dos meios de produção, mas exigia também a transformação da vida cotidiana, da família, da sexualidade e das relações entre homens e mulheres, assim como do uso do tempo livre; 3) uma nova estratégia transformativa, baseada na noção de que as mudanças culturais antecedem mudanças sociais e políticas, de modo que os indivíduos não deveriam ser sacrificados em nome do “controle coletivo”, pois novos estilos de vida e modos de comunicação dariam forma a toda uma série de alternativas às instituições do status quo; 4) avanço de novos conceitos de organização não baseados no partido; nestes a ação direta era privilegiada, e procurava-se a transformação dos indivíduos no processo de “mudar a vida” (muito diferente da noção de uma transformação da pessoa “após a revolução”); 5) o proletariado não mais como o sujeito por excelência da revolução, de modo que outros grupos – jovens universitários, grupos marginalizados, a “nova classe trabalhadora” etc. – passaram a ser vistos como os que dariam a tônica e a liderança aos novos movimentos sociais. (Adelman, 2016, p. 40)

Estes elementos são demandados em pautas políticas dos novos movimentos sociais atentos ao desenvolvimento da sociedade capitalista do século XX, cujas mudanças deixam evidente a insuficiência do debate de classe, mobilizado pela teoria social marxista, no tratamento das relações de poder daquele contexto. Em outros termos, a revolução socialista não daria conta de proporcionar uma sociedade mais igualitária para mulheres, negros, homossexuais e outros grupos também subalternizados. O poder, para grande parte desses movimentos e teorias, se instaurava não somente nas relações econômicas, mas adentrava a esfera da vida cotidiana, do lar, das relações afetivas e se instalava também no nível mais molecular de nossa existência, o corpo.

Vale ressaltar que os Movimentos Feministas, efervescentes neste contexto, se constituam enquanto grupos centrais capazes de propor tanto uma nova concepção de política, com objetivo de politizar a esfera privada² e dos afetos, como também pressionar as análises sociais da época que apelavam, ainda, para a ortodoxia marxista e a centralidade das relações econômicas no mundo social. Os chamados Novos Movimentos Sociais, principalmente os feminismos, contribuíram para uma virada epistemológica e paradigmática na compreensão da sociedade, na medida em que evidenciaram a centralidade da Cultura (HALL, 1997) na vida contemporânea e nas relações que a sustentam. De forma mais simples, as relações de poder são reproduzidas por discursos culturais, midiáticos, tecnológicos, educacionais e as transformações precisam ocorrer também no nível dos valores, costumes, dos aspectos simbólicos de existência.

O corpo como espaço afetado pelo poder e também como possibilidade de resistência se evidencia, no caso dos movimentos feministas e de mulheres, com o advento, nos anos 60, da Pílula Anticoncepcional, Tecnologia científica fundamental no processo de desvinculação da sexualidade e das práticas sexuais da gestação e da maternidade. Para as mulheres engajadas da época, seria possível, enfim, romper com o destino biológico da maternidade e colocar em pauta o prazer, a autonomia de escolha ou não da vivência da maternidade e a liberdade do próprio corpo, não mais vinculado ao roteiro final do “ser mãe”.

O ciborgue de Donna Haraway é fruto desse contexto e se constituía enquanto uma criatura metafórica formada por uma fusão fundamental entre máquina e humano, mistura de realidade social com a realidade ficcional, não constituindo um corpo sólido com componentes definidos como este corpo de carne e osso que nos sustenta. Tratava-se da

² Uma das bandeiras dos movimentos feministas dos anos 60 e 70 era sintetizada pela frase “O Privado também é político”

metáfora dessa nova política em um mundo marcado de forma crescente pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Haraway, como uma das grandes teóricas que elaborará uma crítica a forma de construção do conhecimento científico e tecnológico, aponta a necessidade de desenvolvimento de uma visão histórica sobre a ciência e sobre a tecnologia como cultura, questões que necessitam ser compreendidas contextualmente. Segundo a autora é preciso elaborar uma crítica à separação da ciência da sociedade, como se a primeira fosse um ente neutro, capaz de se afastar das relações sociais e construir formas isentas de elaboração de teorias e saberes. Para ela, as teorias feministas e a noção de construção social da ciência deve defender a ideia de que a esta última não é um espaço de grandes verdades a serem aplicadas, e propõem, em seu lugar, uma noção de ciência como constructo social.

A autora, ao mesmo tempo em que se debruça sobre o advento das Tecnologias e sobre a crítica ao repertório científico ocidental, apresenta-nos um forte otimismo a respeito das possibilidades que as Tecnologias teriam para ultrapassar as barreiras corpóreas impostas pelo gênero. Provocativa, em seu Manifesto Ciborgue, Haraway diz que prefere ser um "cyborg" - um organismo cibernético, como um animal com um implante humano - a uma "deusa" ecofeminista (Haraway, 1985). A autora oferece uma saída capaz de reformular um tema antigo: o potencial libertador da ciência e da tecnologia. Ela observa o grande poder da ciência e da tecnologia para criar novos significados e novas entidades, para produzir novos mundos, novas relações e, no limite, novos corpos, corpos híbridos.

No limite, o ciborgue de Haraway se constrói enquanto a corporificação do rompimento de algumas fronteiras e binarismo tão caros a própria epistemologia ocidental: aquela existente entre natureza e cultura, humano e animal, homens e mulheres, mente e corpo.

Donna Haraway foi autora fundamental e influenciadora dos movimentos sociais e debates teóricos do chamado Ciberfeminismo. Sua discussão sobre as possibilidades das tecnologias na elaboração da metáfora do ciborgue, desenvolvida em 1985, reverberou em um movimento que viu no advento da internet e das mídias digitais comunicacionais, um espaço de criação alternativa de estéticas que rompiam, assim como o ciborgue, com as fronteiras construídas do gênero.

Em países da Europa Central, da Escandinávia e, principalmente, nos Estados Unidos, a década de 1990 foi marcada pela organização de grupos da sociedade civil organizada comprometidos com reflexões sobre a participação das mulheres na política, sobre

o acesso delas às novas tecnologias e sobre as supostas transformações dos papéis de gênero que as mídias poderiam proporcionar.

Um exemplo ilustrativo a respeito do cyberfeminismo é o coletivo australiano VNSMatrix, formado basicamente por mulheres que enxergavam na internet um espaço de experimentação. Isso envolvia estratégias, mediadas por blogs, salas de bate papo, elaboração de instalações de vídeos, dentre outros tipos de atividades realizadas pelo grupo. Segundo Virginia Barratt, uma das integrantes do grupo na época “a paisagem tecnológica era muito seca, cartesiana, respeitosa. Era acrílica e esmagadoramente dominada por homens. Era um espaço masculinista, nomeado assim, e os guardiões dos códigos (culturais e logos) mantinham controle da produção de tecnologia.”³.

Esses grupos, portanto, tinham como objetivo fazer uso da rede para apresentar outras possibilidades de vivência corporal, da sexualidade, com propostas que questionavam as fronteiras entre corpo e máquina. Não à toa o ponto de partida do grupo foi a pornografia e a elaboração de material audiovisual sobre o corpo da mulher e seu prazer. O Cyberfeminist Manifest for the 21st Century, lançado pelo grupo na segunda metade da década de noventa diz:

“Nós somos vadias modernas, a anti-razão positiva ilimitada, frenética e implacável. Nós vemos e fazemos arte com nossa buceta. Acreditamos em gozo, loucura, santidade e poesia. Nós somos o vírus da nova desordem mundial, rompendo o simbólico desde dentro, sabotando a estrutura patriarcal. O clitóris é uma linha direta com a matrix. VNS matrix – exterminadoras dos códigos morais, mercenárias do lodo abaixo do altar da abjeção que sondam o templo visceral, infiltrando, interrompendo, disseminando e corrompendo o discurso. Nós somos o futuro-vadia”⁴

Este momento histórico, de surgimento da internet, é atravessado pela crença de que a rede poderia ser espaço propício a subversão da realidade off-line e, no caso dos movimentos feministas, de transformações de noções fixas de gênero, sexualidade, feminilidade. Tratava-se de um contexto marcado por menor regulação das mídias por parte do mercado e das grandes corporações. O advento da chamada Web 2.0 acontece quando a internet deixa de ser monopólio de especialistas ou experts, quando a linguagem dos programas se simplifica e o conteúdo passa a ser massivamente gerado por usuários, mas gerido por essas grandes empresas para gerar lucros. Exemplo disso são sites como o

³ Para acessar entrevista completa: https://motherboard.vice.com/pt_br/article/um-historia-oral-das-primeiras-ciberfeministas

⁴ Tradução livre

Youtube, que se baseiam na criação de conteúdo pelos usuários, mas apresentam todo um suporte mercadológico de propagandas e investidores.

Dessa forma, a promessa de um futuro robótico, ciborgue e mais democrático figurava na postura otimista dos movimentos ativistas desenvolvidos em rede e mesmo nas teorias elaboradas nos anos 90, de advento das tecnologias comunicacionais e informacionais.

Com o passar do tempo e com o aprofundamento das reflexões em torno dessas novas tecnologias comunicacionais, percebeu-se que a velha promessa de promoção de um híbrido corpo-máquina, proposto por Haraway, bem como da criação de um espaço “virtual” capaz de permitir ao sujeito um trânsito por fronteiras de gênero, não vingou. Pelo contrário, em rede, os roteiros e identidades não somente estão colocados, da mesma forma que na esfera desconectada, como também são reforçados pelo próprio mercado tecnológico e de informações.

Voltaremos nesse debate mais adiante, mas é importante reter, até o momento, a maneira como as reflexões de Donna Haraway auxiliaram a pensar sobre os limites e, principalmente, sobre as possibilidades de potenciais das Tecnologias. No interior das próprias teorias feministas, quando debruçadas sobre este aparato técnico, vai surgir um repertório teórico-conceitual que aponta para como tais ferramentas tecnológicas podem ser espaço de manutenção de relações de gênero, mais do que da possibilidade ciborgue.

Teresa de Lauretis, as Tecnologias de Gênero e as mídias digitais

O conceito de tecnologia desenvolvido por Teresa de Lauretis, também na década de 80, tem influência no pensamento do teórico francês Michel Foucault e sua concepção de tecnologia sexual, que aponta para o fato de que o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais é moldado por meio do desdobramento de uma articulação complexa de tecnologias políticas. Lauretis, no entanto, atenta para as diferenças de gênero que são produzidas pelas tecnologias e estabelece os limites do teórico francês, que não tratou de relações de gênero:

A construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias de gênero e discursos institucionais com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e implantar representações de gênero. Mas os termos para uma construção diferente do gênero também existem, nas margens dos discursos hegemônicos (LAURETIS, 1994, p. 228).

A obra de Lauretis, fruto de um mesmo contexto de reflexão sobre a importância da cultura e dos sistemas de representação que constroem o gênero, se debruçou sobre a tecnologia cinematográfica como aquilo que consolida roteiros discursivos acerca do que seriam os papéis sociais de homens e mulheres.

Para Lauretis, o gênero, assim como a sexualidade, não são mero dado de essência e natureza, originados em algo pré-existente nos corpos humanos, mas sim um conjunto de resultados produzidos sobre esses corpos, sobre comportamentos e relações sociais. Por isso, ela o trata como uma tecnologia política – a Tecnologia de Gênero – originada de forma tecnosocial e biomédica (LAURETIS, 1987, p. 3). Desenvolvendo essa proposição, Lauretis parte da noção de que gênero é uma representação que possui implicações sociais e subjetivas para a vida das pessoas e se faz em meio a aparatos como a escola, a mídia, a família, as leis.

Do ponto de vista da teórica e de sua análise sobre o cinema, é possível inferir que o cinema reproduz o gênero por meio de elementos já existentes na sociedade. Lauretis trabalha com a ideia de tecnologia de gênero, em sua análise da sétima arte como representante de uma tecnologia sexual na medida em que, segundo ela, trata-se de uma representação de gênero constituída via mídia cinematográfica, mas não só, também subjetivamente absorvida por cada pessoa que se dispõe a estar frente à tela (Lauretis, 1994, p. 222).

A partir dos estudos de Teresa de Lauretis sobre a tecnologia do cinema, é possível entender as mídias digitais da atualidade também como tecnologias de si e de gênero, na medida em que permitem produção de sujeitos. Sob esses aspectos, mais do que tecnologias de informação e comunicação, as mídias digitais são tecnologias do eu, tecnologias do sujeito.

No caso das pesquisas com mídias digitais e utilização da internet, que nortearam este trabalho, temos três níveis de dinâmicas que atuam como tecnologias de gênero e de constituição dos sujeitos. A primeira, está no âmbito dos regimes de representação feitos dos sujeitos pelas equipes que coordenam os sites e redes sociais da internet e que são responsáveis por seus conteúdos; a segunda, está colocada na forma como os sujeitos recebem essas imagens e incorporam-na subjetivamente e, a terceira, menos tratada pela autora uma vez que seu foco são as tecnologias cinematográficas e televisivas, é aquela da interação direta e do compartilhamento intersubjetivo dessas mensagens midiáticas.

A concepção de Tecnologia de Gênero, nesse sentido, nos auxilia a refletir sobre aspectos fundamentais nos estudos sobre o advento e consolidação das Tecnologias Comunicacionais: primeiro, aponta para a centralidade que a cultura possui na elaboração de discursos sobre o sujeito, que são incorporados ao cotidiano, reproduzidos, de forma nunca

antes vista sem a mediação desses novos aparatos técnicos; segundo, mostra que tais tecnologias não possuem, necessariamente, um potencial transformador, como esperava a metáfora do ciborgue desenvolvida por Donna Haraway, elas não são neutras nem se apresentam isentas de consolidar relações de poder atuantes nas diversas esferas sociais.

Podemos, neste momento de nossas reflexões, estender a análise de Lauretis àquelas dinâmicas atravessadas não só pelas tecnologias de Broadcasting, ou seja, aquelas caracterizadas pela produção de conteúdo de forma verticalizada cujo polo emissor é concentrado em centrais televisivas e cinematográficas, mas também para as mídias digitais com acesso a internet, cujo conteúdo é apresentado no formato em rede e também pode ser produzido e compartilhado pelos sujeitos.

As mídias digitais e as diversas plataformas em rede como blogues, sites de notícias, redes sociais como Facebook, Twitter também se apresentam enquanto tecnologias de gênero, disseminadoras de repertórios de gênero específicos, mas não só, são estimulados recortes de gênero, classe social, relações raciais, para mencionar alguns exemplos sobre como estes aparatos tecnológicos atuam em nossas vidas e relações sociais.

A autora Danah Boyd (2001) em um texto recente onde analisou o papel das identificações em comunidades *online* abordou como as plataformas em rede se utilizam de três aspectos demográficos para definir o público que as integra, são elas: idade, sexo e localização. Não havendo a possibilidade de recusar se expor por meio dessas categorias, uma vez que, a própria dinâmica *online* persuade o sujeito a autoclassificação por meio de mensagens como —sexo é um valor necessário para realizar sua conta em nosso site!; —saber sua localização melhora os serviços que podemos oferecer para você!, dentre outras.

Para a autora, tais características fazem das plataformas, espaços que, ao contrário de permitir o reforço da diferença e a diversidade de perfis de sujeitos, nos conduz a uma generificação através do sexo biológico, dando possibilidade de só existirem homens ou mulheres no preenchimento dos perfis e também prevê, por meio da localidade e do código postal, o CEP, recortes de classe social e de raça. Este aspecto facilita a seleção de imagens, propagandas e códigos de consumo que irão aparecer para os frequentadores daquele site ou rede social.

Esta recolhida de informações a respeito dos sujeitos, cobrada pelos anunciantes das plataformas, não seria possível com tamanha eficiência nos espaços off-line, como é na internet onde a possibilidade de preenchimento de perfis em larga escala, permite um fluxo de informações rápido e intenso. Dessa forma, a dinâmica em rede permitiu, como nunca antes,

uma intensidade de divulgação de bens materiais de consumo direcionados para nichos de mercado específicos colhidos e criados *online*.

Esta explicação estereotipada sugere que os consumidores obtém algo fora do seu "ato" de participação. Ao revelar a sua identidade, os consumidores irão obter um melhor serviço e conteúdo mais significativo. Aqui, demografia cria consumidores; antigos vetores de desigualdade social tornam-se novas oportunidades de marketing. Para empresas digitais, a definição precisa de populações de usuários parece não ter desvantagens óbvias: os anunciantes estão felizes e os consumidores / usuários tem uma experiência melhor. No entanto, nestes atos simples de definição, o negócio on-line ajuda a reinscrever distinções sociais e culturais existentes. (BOYD, 2001, p. 6).

Para Boyd, embora as plataformas garantam anúncios eficientes com a promessa de que o trabalho oferecido aos usuários se torna personalizado na medida em que mais padronizado e direcionado de acordo com o perfil preenchido, essa dinâmica é responsável por manter distinções sociais e consolidar relações de desigualdades. Além disso, a combinação entre sexo, idade e CEP permitem presumir elementos raciais, de classe social, hábitos de consumo.

Em outros termos, a própria dinâmica da rede estimula recortes de gênero, raça, classe, dentre outros, o que faz com que, por exemplo, mulheres de classe média baixa, negras e moradoras das periferias de determinada cidade, não acessem conteúdos compartilhados e divulgados por homens, brancos e de classe média alta. Nas pesquisas realizadas em meu mestrado e doutorado, era perceptível como as mulheres da periferia do Rio de Janeiro, tinham acesso a conteúdos, propagandas, repertórios que correspondiam a sua situação em meio às relações sociais fora da rede. Uma moradora da Baixada Fluminense não acessava conteúdo de moradia, festas, eventos na Zona Sul ou no centro da capital carioca. A rede, nesse caso, mantém o isolamento e as hierarquias sociais.

Dessa forma, as mídias digitais também se mostram Tecnologias de Gênero, de si e de produção de sujeitos, o que faz com que a teoria desenvolvida por Teresa de Lauretis em sua análise das Tecnologias cinematográficas, permita-nos compreender também como atuam as Tecnologias Algorítmicas que modulam, atualmente, nossas relações sociais, nossa compreensão da realidade e de nós mesmos. Gênero continua sendo fator fundamental que atribui inteligibilidade aos sujeitos e as Tecnologias diversas, sejam digitais e comunicacionais ou cinematográficas e televisas, não promoveram uma sociedade ciborgue, andrógina, não generificada; pelo contrário mobilizam e atuam a partir de repertórios sociais já existentes.

Judy Wajcman, o mito do homem inventor e a modelagem social da tecnologia

Quando Judy Wajcman escreveu e lançou, em 2004, sua obra intitulada Tecnofeminismo, as análises dos estudos de gênero a respeito da ciência e da tecnologia estavam consolidadas por autoras como Donna Haraway e Teresa de Lauretis. O Tecnofeminismo (2004), na obra da autora, se abre como uma exploração da redefinição da tecnologia feita pelo feminismo, para o qual a tecnologia deixou de ser pensada como ferramenta neutra e asséptica, para ser compreendida como prática social que pressupunha uma fonte de poder masculino e de constante exclusão das mulheres. Dito de outro modo, o feminismo repensou a tecnologia como fator de construção de gênero.

Nesta obra, Wajcman retoma a discussão do já mencionado Ciberfeminismo no sentido de apontar suas limitações ao acreditar nas redes sociais como espaço efetivo de troca, no qual os valores lineares, hierárquicos e patriarcais seriam substituídos pela horizontalidade e pela comunidade. Para esta corrente de pensamentos sobre as redes digitais, o espaço “virtual” seria aquele lugar do imprevisível, onde as identidades fluem, de modo que as posições duais se desarticulam. A autora detecta, nessas afirmações, a simplificação da compreensão da tecnologia, compreendida de maneira fossilizada, que não considera seu percurso histórico e as relações de poder que a atravessam.

Da mesma maneira crítica, a autora retoma também a problemática do ciborgue e aponta para o problema de fetichização dessa metáfora na compreensão da relação humano-máquina. Wajcman aponta que o ciborgue da cultura popular, pouco tem a ver com aquela proposta de Haraway e que, na verdade, se situa em meio às ideologias hegemônicas e binárias da cultura ocidental moderna.

O Tecnofeminismo proposto por Wajcman tem como característica fundamental o que a autora chama de análise responsável da tecnologia: fugir da tecnofobia, ou seja, do discurso de que a tecnologia seria a grande responsável pelos males que nos cercam, e escapar também do otimismo exacerbado que aponta a tecnologia como grande promessa de identidades fluídas e de rupturas com o poder.

Uma das teses desenvolvidas pela autora, para fazer frente a estas visões correntes acerca das funções sociais das tecnologias, diz respeito a elaboração do que chamou de Modelagem Social da Tecnologia (1999), segunda a qual a tecnologia é moldada em um processo social que não tem uma força dominante única. Assim, entendemos que a tecnologia disponível é o resultado de um conjunto complexo de relações sociais que envolvem ciência,

técnica, Estado, mercado, pessoas entre outros fatores. Muito embora a autora se debruce com bastante afinco nas tecnologias comunicacionais, este debate pode se expandir para análise de qualquer aparato tecnológico e também de discursos, práticas e “descobertas” científicas.

Em outros termos, esta tese se opõe tanto àquela que aponta para o determinismo tecnológico, ou seja, que tenta mostrar a tecnologia como aquilo que constrói relações sociais e que manipula os sujeitos a determinado tipo de ação, quanto àquelas teorias consideradas otimistas acerca da tecnologia e também da ciência como promotoras de uma concepção confiante na possibilidade de superação dos dilemas sociais. Dentre os teóricos e teóricas que apresentam uma análise otimista acerca da função das tecnologias na sociedade, podemos mencionar também as teorias utópicas, das quais faz parte, por exemplo, Pierre Levy (1999), que se dedicou com maior foco às promessas das tecnologias como superadoras de fronteiras e de diferenças, como espaço de desenvolvimento de outras realidade, no Cyberespaço, que se distinguiriam das formas convencionais de vida. Em termos mais amplos, a crença no progresso e no desenvolvimento científico e tecnológico é aquilo que marca as sociedades modernas e que faz com que se alimente a crença na ideia de que estes saberes, conhecimentos e técnicas são isentos e neutros de interesses e conflitos.

A tese da modelagem, desenvolvida por Wajcman, se contrapõe a essa concepção de que tanto a ciência, quanto a tecnologia possuem um desenvolvimento autônomo em relação às forças sociais de uma sociedade. De acordo com a autora:

Para entender a força desse argumento, é necessário ver o que há de errado com nossa noção comum, mas totalmente mistificada, do inventor heroico. De acordo com essa noção, grandes invenções ocorrem quando, em um flash de gênio, uma ideia radicalmente nova se apresenta quase pronta na mente do inventor. Esta maneira de pensar é reforçada pelas histórias populares sobre a tecnologia, nas quais a cada dispositivo está anexada uma data precisa e um homem particular (algumas são, de fato, as mulheres nas listas estereotipadas) a quem a invenção inspirada “pertence”. Um ataque importante a essa noção inspiradora de invenção foi montado por um grupo de escritores americanos, o mais importante dentre eles William Ogburn, que, a partir da década de 1920, estabeleceram a tarefa de construir uma sociologia da tecnologia (Westrum, 1991). Em um artigo de 1922, Ogburn e sua colaboradora, Dorothy Thomas, argumentaram que, longe de ser o resultado de flashes imprevisíveis de inspiração, as invenções eram inevitáveis. Uma vez que os “elementos culturais constitutivos necessários” estão presentes - o mais importante é incluir tecnologias componentes - existe um sentido em que uma invenção deve ocorrer. “Dado o barco e a máquina a vapor, o barco a vapor não é inevitável?”, perguntou Ogburn e Thomas (1922, 90). Eles consideravam isso uma evidência crucial para a inevitabilidade da invenção que muitas vezes, de fato, foram feitas de forma independente por mais de uma pessoa. (WAJCMAN, 1999, p. 7)

O desenvolvimento do mito das invenções, acompanhado pelo mito do homem inventor, segundo a tese de Wajcman, desconsidera o que a autora chama de Modelagem Social da Tecnologia. Em outros termos, impedem de compreendermos as forças sociais que atravessam o surgimento e consolidação de cada uma das ferramentas técnicas. Como exemplo, a autora utiliza o caso do desenvolvimento do computador pessoal como fruto não só dos avanços nas áreas de microtecnologias e do microchip, mas aponta para as negociações entre manifestantes da contracultura dos anos 60 e as empresas da computação.

Reflexões como a de Wajcman não incorrem no equívoco de apelar para o determinismo tecnológico que considera que a pesquisa científica e tecnológica gera a si mesma, inventadas em uma esfera independente para, em seguida, criar novas sociedades e condições humanas.

De acordo com a pesquisa sobre o surgimento e consolidação da televisão de Raymond Willians, autor dos Estudos Culturais, que compartilha do ponto de vista de teorias como a de Wajcman, não podemos desvincular as tecnologias de sua história de desenvolvimento: a história, afirma ele, “é a força primária determinante, porque ela nos produz, assim como produz a televisão”.

Em outros termos, as pesquisas sobre os adventos tecnológicos precisam recuperar os conjuntos de interesses sociais, históricos e políticos que fazem com que cada ferramenta dessas seja possível, utilizável e durável.

Conclusões ou considerações finais.

Este texto consistiu em uma tentativa de sistematizar alguns conhecimentos apresentados pelos repertórios dos estudos de gênero acerca de suas análises sobre os adventos de aparatos tecnológicos.

Apontamos que a crítica feminista foi e tem sido fundamental na compreensão de nossas relações mediadas por estas ferramentas técnicas. Retomamos o debate de Donna Haraway a respeito da metáfora do Ciborgue apontando para as expectativas geradas pelas mudanças tecnológicas nos roteiros e padrões consolidados de gênero, principalmente no contexto dos anos 60 e 70.

Também no seio das teorias feministas acerca da Tecnologia, vimos nascer um ponto de vista que insere tais aparatos em relações de poder, na história e em meio a contextos sociais e culturais que precisam ser pensados de maneira realista e materialista. Com isso, apontam teóricas como Teresa de Lauretis e Judy Wajcman, não incorrendo em pontos de

vista otimistas, que percebem a tecnologia como possibilidades únicas de transformação, ou pessimistas, que apontam para como somos dominadas pelas mudanças tecnológicas, sem possibilidade de rupturas e saídas.

A atenção para a crítica feminista à Ciência e à Tecnologia é território fértil que chama nossa atenção para os dilemas que enfrentamos em um mundo cada vez mais tecnológico, especialmente, se considerarmos os avanços das mídias digitais, das conexões móveis e das redes sociais em nosso cotidiano de relações. Entender essas mídias inseridas em seus contextos sociais específicos permite-nos reconhecer seu potencial transformador e também seus limites apontados quando notamos, por exemplo, a reprodução de relações de gênero, de classe social, dentre outros fatores, presentes nos cálculos algorítmicos das redes de computadores que acessamos na atualidade.

Se os estudos de gênero se constituíram enquanto uma virada paradigmática, nos termos de Thomas Kuhn (2011), por romper com binarismos típicos da construção do conhecimento nas Sociedades modernas (natureza x cultura, razão x emoção, público x privado); os estudos feministas direcionados à observação das Tecnologias colocam em cheque o mito de homem inventor e apontam, rompendo com outro binário (pessimismo e otimismo tecnológico), para a necessidade de inserirmos os adventos tecnológicos em seu contexto histórico-social e cultural.

Referências

ADELMAN, Miriam. *A Voz e a Escuta – Encontros e Desencontros entre a Teoria Feminista e a Sociologia Contemporânea*. Curitiba: Blucher, 2009. Ler p.23-84.

BOYD, Danah. "Sexing the Internet: Reflections on the role of identification in *online* communities." Presented at *Sexualities, medias and technologies: theorizing old and new practices*. University of Surrey, June 21-22, 2001.

_____. *It's Complicated: The Social Lives of Networked Teens*. New Haven: Yale University Press, 2014.

_____; Ellison, N. B. Social network sites: Definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13 (1), 2007. Acesso em: 19 de julho de 2016.

FACIOLI, Lara Roberta Rodrigues. *Mídias Digitais e Horizontes de Aspiração: um estudo sobre a comunicação em rede entre mulheres das classes populares brasileiras*. São Carlos. 230f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

_____. *Conectadas: uma análise de práticas de ajuda-mútua feminina na era das Mídias Digitais*. UFSCar, 2013. São Carlos: Dissertação de Mestrado (Sociologia – UFSCar), São Carlos.

HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Revista Educação e Realidade*, v.2, número 2, 1997.

HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In. Tadeu, T.(Org.) *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções científicas*. 11ª Edição, São Paulo: Editora. Perspectiva, 2011.

LAURETIS, Teresa. Tecnologia de Gênero. In: *Tendências e Impasses, o feminismo como crítica da Cultura*. Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1994.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

WAJCMAN, Judy. *The social shaping of technology*. 2nd ed., Open University Press, Buckingham, UK, 1999.

WILLIAMS, R. *Televisão: tecnologia e forma cultural*. Trad. Márcio Serelle; Mário F. I. Viggiano. 1a ed. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte, PUCMinas, 2016.